



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

**Acta N.º 05/2025
(8ª do Mandato - 2023/2027)**

Ata da Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizada em 24 de maio de 2025 (14:00, hora de Lisboa), em videoconferência (Zoom). Presentes 10 (dez) Conselheiros: António Guerra Iria, António Manuel Mota da Cunha, António Paulo Neves Marques, Beatriz Neves Guedes Pereira, Carlos Rui Pires Marcelo, Flávio Alves Martins, José Fernando Campos da Silva Topa, Manuel Cândido de Oliveira Coelho, Manuel Pinto Pereira Viegas, e Vasco Pinto de Abreu. Ausências justificadas de Daniel Ferreira Loureiro (que foi substituído, na sua ausência, pela sua suplente, Kátia Susana Esteves Caramujo), Odete da Silva Fernandes, e do Coordenador da CT QSEFM, Hilário da Cunha, da Coordenadora da CT CEPECACS, Sandra Mano Ferreira, e do Coordenador da CT QCPC, Rui Ribeiro Barata.

1. Abertura da Reunião

A reunião foi aberta pela Presidente do Conselho Permanente do CCP (CP/CCP), Flávio Alves Martins, que, após verificação de quórum de presença, saudou a todos os presentes e agradeceu a participação na sétima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas, tendo também sido aprovada a ordem do dia por todos os presentes.

2. Assuntos em Discussão

- 2.1** Aprovação da Ata da reunião de 26 de abril de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 13:00, hora de Lisboa
- 2.2** Programação da reunião do CP/CCP (ponto da situação)
- 2.3** Relatório anual de atividades do CP/CCP (ponto da situação)
- 2.4** Protocolo de Cooperação com o CDP
- 2.5** Eleições legislativas e novo Governo
- 2.6** Assuntos Gerais

2.1 Aprovação da Ata da reunião de 26 de abril de 2025, realizada por videoconferência (Zoom), pelas 13:00, hora de Lisboa

A Ata da Reunião de 26 de abril de 2025 foi aprovada por todos os membros do Conselho Permanente, presentes na reunião. Após a assinatura do Presidente e dos Secretários, e tal como as anteriores atas elaboradas até ao presente, ela será enviada à SECP e à DGACCP, sendo solicitada a sua distribuição a todos os conselheiros do CCP.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.2 Programação da reunião do CP/CCP (ponto da situação)

No que diz respeito ao ponto 2 da agenda, que se referiu ao programa da reunião do CP/CCP programada para o início de julho de 2025, O Presidente Flávio Martins informou que já tinham sido enviados convites para o Conselho da Diáspora Portuguesa, que tem o patrocínio da Presidência da República, que confirmaram a participação, para o Conselho da Diáspora Açoriana, e que também obteve a confirmação da presença do Diretor Regional das Comunidades, Dr. José Andrade. Adiantou ainda que foi também enviado um convite ao Dr. Sancho Gomes, Diretor Regional das Comunidades e Cooperação Externa (Conselho da Diáspora Madeirense), não tendo até ao momento ainda obtido resposta, mas que abordaria o assunto durante a próxima reunião organizada pela Comissão Temática para as Questões Consulares e da Participação Cívica, para o qual foi convidado.

No que diz respeito aos convites para os secretários de Estado e para o Presidente da Assembleia da República, Flávio Martins sugeriu que aguardássemos a formação do novo governo e a nomeação do novo Presidente da Assembleia da República, planeando organizar, na semana seguinte, com a Dra. Ana Cristina Ribeiro e a Dra. Ana Ferreira, o envio dos convites que ainda não foram remetidos.

O Presidente do CP do CCP referiu ainda que tinha entrado em contacto com a Dra. Maria João Ruela, consultora da Casa Civil do Presidente da República, que lhe tinha informado que o Presidente da República só poderia receber os membros do Conselho Permanente do CCP às 15:00 do dia 8 de julho de 2025, terça-feira. Este horário não coincide com o previsto no nosso programa, que seria à noite, pelo que Flávio Martins propôs que a audiência ocorresse ao final do dia de segunda-feira, dia 7 de julho de 2025, ou terça-feira, dia 8 de julho de 2025, mas que essas opções não foram viáveis, pelo que o único horário disponível continuaria a ser o da terça-feira, dia 8 de julho de 2025, pelas 15:00.

Tendo expressado relutância em proceder sem a consulta prévia de todos os membros, e reconhecendo que a situação atual se apresenta como inviável, porquanto estão agendadas várias reuniões na Assembleia da República, provável local e mais adequado para as reuniões presenciais do Conselho Permanente do CCP, e tendo em consideração a distância até ao Palácio Nacional de Belém, a deslocação nesse horário comprometeria o nosso programa. Por outro lado, atendendo a que o Presidente da República estará em funções por mais meio ano, e que a visita do CP do CCP teria como único propósito a entrega do relatório de atividades, o que poderia ser realizado posteriormente, o Presidente Flávio Martins sugeriu que fosse cancelada a visita ao Presidente da República no nosso programa, que recebeu a aprovação unânime de todos os membros do Conselho Permanente do CCP presentes na reunião.

Assim, o Presidente Flávio Martins Informará a Dra. Maria João Ruela sobre a nossa decisão, esclarecendo que não foi possível efetuar alterações devido a compromissos já assumidos, e que enviaremos a documentação pertinente ao nosso relatório de atividades para que ela possa entregá-la ao Presidente da República Portuguesa.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.3 Relatório anual de atividades do CP/CCP (ponto da situação)

O ponto 2.3 da agenda da reunião refere-se ao relatório anual de atividades do Conselho Permanente. Flávio Martins informou que este documento é de natureza obrigatória, exigido por lei, e necessita de aprovação e apresentação formal. De facto, este relatório será submetido à aprovação na sua versão final e assinado na reunião do CP do CCP, na manhã de segunda-feira, dia 7 de julho de 2025, conforme estipulado na programação.

Este documento consolidará e documentará as atividades do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas (CP/CCP), durante o período de 2024/2025, desde a data do início do mandato, em outubro de 2024, e junho de 2025, apresentando uma descrição formalizada de todas as deliberações e decisões tomadas nas reuniões.

De acordo com o que foi estabelecido na reunião anterior, tinha sido solicitado aos secretários do CP do CCP, Rui Marcelo e Vasco de Abreu, que preparassem este relatório, cuja primeira versão já foi concluída e foi submetida à apreciação do Presidente Flávio Martins, que agradeceu a elaboração do documento. Não havendo ainda necessidade de formalizar uma decisão sobre o documento final, que estará sujeito a alterações para incorporar as atividades subsequentes até ao final de junho de 2025, Flávio Martins mencionou que iria proceder ao encaminhamento do relatório, provavelmente durante a semana seguinte, a todos os membros do Conselho Permanente do CCP, incluindo os coordenadores das Comissões Temáticas, dado que estes têm mantido uma participação contínua nas nossas atividades. Na reunião de junho de 2025, procederemos a uma primeira discussão sobre o relatório, permitindo que todos tenham tempo para o ler e fornecer as suas opiniões e contribuições.

O Presidente Flávio Martins referiu que ele e o Vice-Presidente Paulo Marques já tinham tido a oportunidade de rever o documento e consideraram que estava bem elaborado. Contudo, seria benéfico que todos os membros lessem o relatório e contribuíssem com as anotações que considerassem pertinentes.

O Conselheiro Rui Marcelo salientou que a primeira versão do relatório tinha sido elaborada até à data da última reunião do CP do CCP em abril de 2025, e que antecipava que, até à reunião presencial em julho, sejam incluídas informações adicionais sobre as atividades que ocorrerão até esse período.

Anuindo com a ressalva, o Presidente Flávio Martins referiu ainda que seria também relevante mencionar as reuniões dos conselhos regionais e das comissões temáticas, conforme exigido pela nova legislação, e que o conteúdo do texto do documento seria dinâmico e poderia ser melhorado até julho de 2025, tendo ainda reiterado a importância de todos lerem o relatório e apresentarem as suas contribuições.

Antes de continuar para o debate do ponto seguinte, Flávio Martins solicitou que todos os presentes confirmassem que não havia assuntos pendentes relativos à organização da sua participação na reunião presencial, de julho de 2025, do Conselho Permanente do CCP, tendo todos os membros presentes do CP/CCP confirmado não haver questões por resolver.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.4 Protocolo de Cooperação com o CDP

O quarto ponto da agenda diz respeito ao protocolo de cooperação com o Conselho da Diáspora Portuguesa. Flávio Martins começou por referir que este protocolo foi proposto pelo referido Conselho, conforme mencionado anteriormente, e que tinha sugerido que fosse elaborado um documento formal, uma vez que, sem um registo escrito, as palavras facilmente se dissipariam. A proposta foi aceite e o protocolo foi formulado, tendo sido objeto de revisão por parte do Presidente do CP do CCP, que introduziu algumas alterações, incluindo a extensão do prazo de validade do protocolo, que agora vigora até ao final do próximo ano, em vez de terminar no final deste ano.

O documento revisto já foi enviado ao Conselho da Diáspora Portuguesa, pelo que Flávio Martins indagou a todos os membros do Conselho Permanente se todos tinham tido a oportunidade de lê-lo e se existiam dúvidas ou sugestões de alteração. Este protocolo deverá estar pronto para a reunião da tarde de segunda-feira, dia 7 de julho de 2025, onde será assinado durante o encontro com o Conselho da Diáspora Portuguesa, o Conselho da Diáspora Açoriana, e o Conselho da Diáspora Madeirense.

Adicionalmente, Flávio Martins mencionou ainda que a intenção é que possamos assinar um documento semelhante com os outros dois Conselhos, embora o Conselho da Diáspora Portuguesa tenha sido o primeiro a organizar-se de forma mais estruturada.

De seguida, o Presidente do CP do CCP deu a palavra a todos os presentes para que tecessem comentários ou fizessem perguntas sobre o protocolo.

O Conselheiro Manuel Coelho levantou a questão sobre a participação de representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas na estrutura dos outros Conselhos, salientando a condição diferenciadora dos Conselheiros eleitos do CCP. Flávio Martins esclareceu que, por se tratar de um protocolo de cooperação, não seria possível a integração de conselheiros nos outros conselhos, uma vez que isso implicaria uma reciprocidade que não se verifica, dado que somos um órgão eleito e os conselhos em questão têm composições diferentes.

No entanto, o Presidente Flávio Martins referiu que, apesar de não haver integração, é possível a participação dos Conselheiros do CCP, e vice-versa, nas reuniões dos vários Conselhos, como já se verificou anteriormente, tendo sublinhado não haver verbas do Conselho das Comunidades Portuguesas para cobrir despesas de deslocação para estas reuniões. A participação deve ocorrer apenas se os Conselheiros estiverem em Portugal no momento das reuniões.

Relativamente ao apoio logístico mencionado no protocolo, O Conselheiro Rui Marcelo solicitou esclarecimentos adicionais, tendo Flávio Martins informado que este se destina a fornecer informações e apoio a visitas que o Presidente da República fizesse a diferentes localidades, como já aconteceu anteriormente. O objetivo é facilitar a comunicação e a sinalização de contatos com as comunidades portuguesas.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

No âmbito das reuniões e atividades organizadas pelo Conselho da Diáspora Portuguesa, Rui Marcelo salientou o EurAfrican Forum, que é um evento que visa promover o diálogo e a cooperação entre a Europa e a África, e que acontece anualmente na Nova SBE, em Carcavelos, e reúne líderes e especialistas de ambos os continentes para discutir temas relevantes para o desenvolvimento e crescimento das relações euro-africanas, sendo altamente recomendada a participação dos Conselheiros do CCP neste evento, pois oferece oportunidades valiosas para networking e intercâmbio de experiências.

O Conselheiro António Cunha e o Presidente Flávio Martins voltaram a sublinhar a ausência de apoio orçamental por parte do CCP relativamente à participação dos Conselheiros em eventos dos outros Conselhos, aproveitando para recordar algumas das suas participações e experiências em alguns destes eventos, no passado, em que já se evidenciava a diferença de condições de organização entre o CCP e o CDP.

O Conselheiro Fernando Topa referiu a questão da eventual renovação tácita do protocolo, implícita no texto, até ao final do mandato dos Conselheiros do CCP, e destacando a necessidade do CCP ter a iniciativa de elaboração do protocolo como o Conselho da Diáspora Açoriana, e o Conselho da Diáspora Madeirense, salientando que essa iniciativa poderia reforçar a nossa representatividade e promover uma maior colaboração entre os conselhos, tendo o Conselheiro Vasco de Abreu e o Presidente Flávio Martins, concordado com a sugestão, adiantando que o teor do texto do protocolo com o CDP seria adaptado para a elaboração do protocolo com os outros Conselhos, e salientado que foi incluído no protocolo um compromisso para o desenvolvimento de projetos conjuntos entre as comissões de juventude dos conselhos, com a realização de reuniões para definir esses projetos.

O debate sobre o protocolo entre o CCP e os outros Conselhos foi então encerrado com a aprovação por unanimidade do texto apresentado.

2.5 Eleições legislativas e novo Governo

O Presidente Flávio Martins seguiu então para o quinto ponto da agenda, que dizia respeito às eleições legislativas e à formação do novo governo, tendo tecido as seguintes considerações:

Situação Atual do Governo

Flávio Martins destacou que, até ao momento, ainda não havia um governo constituído, nem um Primeiro-Ministro indigitado, tendo o Presidente da República recebido os partidos políticos até quinta-feira, 22 de maio de 2025, tendo o PAN e o JPP sido os últimos a serem ouvidos, e que considerava que o PR iria convidar Luís Montenegro a formar governo, após uma segunda ronda de auscultações aos maiores partidos, e que teria sido agendada para o dia 3 de Junho de 2025 para a tomada de posse dos deputados eleitos, incluindo os representantes do Círculo da Europa e do Círculo Fora da Europa.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Nesse mesmo dia, ocorrerá também a eleição do Presidente da Assembleia da República. Prevê-se que o governo que venha a ser formado seja minoritário, à semelhança do que já ocorreu no ano anterior, sem acordos com outros partidos.

Resultados das Eleições

Relativamente às eleições, Flávio Martins expressou que era provável que houvesse uma opinião coincidente de preocupação entre todos sobre o resultado verificado, mas que este refletia a vontade dos cidadãos, e que, era essencial que os políticos retirassem lições desta experiência para aperfeiçoamento de futuras estratégias.

Votos em Círculos na Europa e Fora da Europa

Em relação à participação dos círculos na Europa e fora da Europa, Flávio Martins lamentou o facto de até ao momento terem sido recebido poucos votos de fora da Europa, em contrapartida com os muitos votos que tinham chegado da Europa, apresentando alguns números de alguns países que tinha registado, realçando os casos da Suíça, que tinha superado a participação da última eleição, e a Grã-Bretanha e a Alemanha, que também tinha contribuído significativamente para o número de votos recebidos até ao momento, enquanto que do Círculo fora da Europa o Canadá e o Brasil lideravam a contagem.

Foi ainda referida a pouca participação verificada, até à data de 22 de maio de 2025, por parte da Venezuela, tendo o Conselheiro Fernando Topa salientado que esta é uma situação que já se revelou complexa em eleições anteriores, devido a dificuldades no envio e receção de correspondência, e que embora tenha havido esforços para facilitar a entrega dos votos, problemas operacionais nos correios locais dificultaram a emissão e entrega dos boletins.

De seguida foram houve várias intervenções dos membros presentes do CP do CCP, onde também foram tecidos também comentários sobre a necessidade de uma melhor comunicação e educação dos eleitores sobre a importância do seu voto.

Fernando Topa comentou sobre a dificuldade de responsabilizar o governo português pelo baixo número de votos, destacando que muitos cidadãos não compareceram, mesmo tendo solicitado o voto presencial, e solicitou a implementação do voto eletrónico como uma solução viável para aumentar a participação.

Manuel Viegas comentou sobre problemas verificados com a receção dos boletins de voto por parte dos eleitores, e com os serviços de correios, e apoiou a iniciativa do voto eletrónico como forma de ultrapassar muitos dos problemas registados.

Rui Marcelo frisou a importância de uma mobilização contínua para educar os cidadãos sobre o processo eleitoral, relatando que, apesar dos esforços, e apesar da mobilização que houve por parte dos conselheiros na promoção deste processo eleitoral, do envio aos residentes dos seus círculos de informação pertinente, e do apoio de rastreamento das cartas, e também da confirmação do seu registo de recenseamento, o que se verificou foi que continuaram a acontecer uma série de problemas que não devem ser imputados exclusivamente aos cidadãos.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Prosseguiu ainda referindo que o CCP deveria reforçar a sua posição na modernização deste processo de votação, porque persistem questões que estão ligadas, por exemplo, com a dispensa de opção de votação no processo de renovação do cartão de cidadão, violando a lei que estabelece recenseamento automático nesse ato, a exclusão de eleitores que não votam em duas eleições consecutivas, graves falhas no voto por correspondência, prazos curtos para opção pelo voto presencial, moradas desatualizadas, falta de informação sobre atualização de residência, para além da remoção inexplicável, no círculo da China, de cerca de 20 mil portugueses dos cadernos eleitorais entre 2019 e 2025.

Por fim, referiu ainda o facto de haver 600 votos de Timor-Leste que provavelmente não serão contabilizados, devido aos problemas recorrentes com os correios locais, que impedirão a chegada atempada a Portugal, para serem contabilizados, apesar de ter sido sugerido o envio por via diplomática, mas que infelizmente não pode ser atendido devido às restrições legais que existem nesse domínio.

Vasco de Abreu manifestou a sua preocupação com a situação do processo eleitoral na África do Sul, referindo que, apesar de haver um número significativo de cidadãos registados, muitos não conseguiram votar, talvez por terem sido retirados dos cadernos eleitorais. Identificou também problemas com os correios, salientando que o processo de envio de votos de correspondência para alguns países, nomeadamente fora da Europa, é ineficaz, não produzindo os efeitos desejados, e sendo um mecanismo que não cumpre a sua função, expressando a sua frustração com toda esta situação que desincentiva os eleitores a participarem no sistema eleitoral português, o que distorce o resultado das eleições.

O Conselheiro sublinhou ainda a necessidade de um sistema de votação mais eficiente e criticou a falta de ação da Comissão Nacional de Eleições, apelando a que os membros do CCP protestem formalmente junto das autoridades exigindo a revisão da lei eleitoral, e pondo fim a uma situação que considera "vergonhosa" e insustentável após quase uma década de reivindicações infrutíferas.

Manuel Coelho, tendo concordado com a intervenção de Vasco de Abreu, acrescentou que, pela primeira vez, o voto dos imigrantes poderia ter um impacto significativo nas eleições, e defendeu a necessidade de uma revisão completa da lei eleitoral, tendo também sugerido a nomeação de representantes do CCP para o Conselho Nacional de Eleições, a fim de garantir uma voz ativa dentro do organismo.

Em conclusão, o Presidente Flávio Martins afirmou que seria fundamental que se continuasse a pressionar o governo por melhorias no sistema de votação, incluindo a implementação do voto eletrónico, que poderia facilitar a participação dos cidadãos no processo democrático. Além disso, sugeriu que, na próxima reunião, se poderia dedicar um tempo específico para debater estas questões de forma mais aprofundada, incluindo a implementação de um gabinete de apoio para o CCP, e buscar soluções viáveis para os desafios que temos enfrentado. Agradecendo a todos pelas intervenções e pela participação ativa no debate deste ponto, sugeriu que se passasse ao próximo tema final da agenda.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

2.6 Assuntos Gerais

O ponto 2.6 da reunião, dedicado a assuntos gerais, tratou do ponto da situação das reuniões presenciais das Comissões Temáticas e considerações finais do Presidente e membros do CP do CCP.

Flávio Martins deu início à sessão de intervenções, informando que as comissões temáticas iriam estar reunidas na próxima segunda e terça-feira, dias 26 e 27 de Maio de 2025, com todas as reuniões a decorrer no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e que aguardava os resultados dessas reuniões com expectativa.

O Conselheiro Fernando Topa fez duas observações. Em primeiro lugar, questionou sobre o reembolso da reunião de Lisboa, mencionando que não tinha recebido informações sobre o assunto. Além disso, solicitou que fossem enviadas felicitações à conselheira Odete Fernandes que celebrava o seu aniversário nesse dia.

O Conselheiro António Cunha mencionou a representação de seis conselheiros do Reino Unido nas estruturas do CCP, focadas em temáticas específicas, expressando otimismo quanto à sua participação e ao progresso verificado.

O Conselheiro António Iria questionou sobre a possibilidade de convidar alguém ligado à tributação para a reunião de julho do Conselho Permanente, uma vez que essa é uma questão que aflige particularmente a comunidade na Suíça. Ele pediu que se considerasse este convite assim que o novo governo estivesse formado.

O Conselheiro Manuel Coelho comunicou que cessará o contacto direto com um colega da América do Norte, face à não observância dos canais regionais estabelecidos para colaboração. Manifestou desconforto com a frequência de comunicações pessoais, indicando que não se disponibilizará para atendimentos individuais.

O Conselheiro Manuel Viegas relatou discordâncias reiteradas com o colega em referência, caracterizando padrões de conduta inadequada desde o início da colaboração. Informou que, na semana corrente, o referido conselheiro enviou comunicação formal ao Conselho Permanente solicitando medidas contra si, e que não pretende continuar a manter diálogo com ele. Em seguida, enalteceu o desempenho excecional de uma funcionária consular em Palm Coast, cuja dedicação tem otimizado os serviços, e expressou o desejo de conseguir mais apoio para o consulado.

A Conselheira Kátia Caramujo, representando Daniel Loureiro, informou que procederá à transmissão das anotações elaboradas durante a sessão, sem apresentar considerações adicionais.

O Conselheiro Vasco de Abreu reiterou a importância de avançar com as questões em pauta, destacando que, com a formação do novo governo, será importante retomar as discussões sobre as necessidades das comunidades na diáspora.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

O Conselheiro Manuel Coelho solicitou ao Conselheiro Vasco de Abreu que desse prioridade à entrega do Relatório de África para apresentação na próxima reunião, por não ter tido acesso ao documento. Em resposta, o Conselheiro Vasco de Abreu esclareceu que tanto o Relatório de Atividades quanto a Ata da Reunião referente CRA já haviam sido formalmente enviados ao Conselho Permanente. Posteriormente, identificou como pendências críticas os relatórios de Cabo Verde e Angola, cuja solicitação já fora efetuada anteriormente, tendo reiterado, por fim, que todos os demais relatórios regionais se encontravam devidamente concluídos e distribuídos.

O Conselheiro Rui Marcelo desejou boa sorte às comissões temáticas nas suas reuniões e informou que estão a ser organizados em Macau eventos relacionados com a comemoração do dia 10 de junho, tendo mencionado que a visita programada pelo Presidente da República a Macau, enquadrada na comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, tinha sido adiada para data posterior, durante o ano de 2025, devido ao processo de eleições e tomada de posse do governo em Portugal.

3. Próxima Reunião

A próxima reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas realizar-se-á no dia 21 de junho de 2025 às 14:00 de Lisboa.

4. Encerramento

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada pelas 15:30 (hora de Lisboa) do dia 24 de maio de 2025, pelo Presidente do Conselho Permanente do CCP, Dr. Flávio Martins, que agradeceu a colaboração de todos os membros do Conselho Permanente.

Esta ata foi lavrada pelos Secretários Vasco de Abreu e Rui Marcelo e será assinada pelo Presidente e pelos Secretários, de acordo com o regulamento do CP/CCP.

Lisboa, aos 24 de maio de 2025.



Conselho Permanente - Conselho das Comunidades Portuguesas

Flávio Alves Martins (Presidente)

Rui Marcelo (Secretário)

Vasco de Abreu (Secretário)